

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 1.933, DE 2007

Cria cargos de provimento efetivo e em comissão no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região e dá outras providências.

Autor: Tribunal Superior do Trabalho

Relator: Deputado Sandro Mabel

I - RELATÓRIO

Propõe o Tribunal Superior do Trabalho, nos termos do Projeto de Lei nº 1.933, de 2007, a criação, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, dos seguintes cargos: 270 cargos de provimento efetivo, sendo 161 Analistas Judiciários e 109 Técnicos Judiciários; 10 cargos em comissão CJ – 3 e 01 cargo em comissão CJ – 2.

Deve esta Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público manifestar-se, na presente oportunidade, sobre o mérito do Projeto de Lei nº 1.933, de 2007.

II - VOTO DO RELATOR

Segundo nos informa o ilustre Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, que subscreve a proposta, o TRT da 18ª Região

no que concerne à estrutura administrativa, dados do TRT da 18ª Região indicam um considerável aumento das demandas trabalhistas, bem como o aumento de sua competência relacionada, principalmente, à execução previdenciária, demonstrando em gráfico um aumento de mais de 30% na movimentação processual nas Varas do Trabalho nos últimos três anos.

Ante esse descompasso, sendo insuficiente o número de pessoal para atender ao corpo de Magistrados e tendo sido vetado o PL 4496-C/1994, que tratava da criação de necessários cargos efetivos, socorreu-se o TRT, da requisição de pessoal em órgãos federais, estaduais e municipais, todavia a quantidade de casos novos por servidor permanece acima da média apurada para a Justiça do Trabalho.

Cumprasse assinalar que a proposta de criação de cargos de provimento efetivo e em comissão daquela Corte foi ratificada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho e pelo Pleno do Tribunal Superior do Trabalho, conforme atestam as certidões anexadas ao processo. Foi igualmente submetida ao Conselho Nacional de Justiça, em cumprimento à exigência estabelecida pelo art. 88, IV, da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005, que *“dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2006 e dá outras providências”*, e reafirmada pelo art. 90, IV, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, que *“dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2007 e dá outras providências”*, tendo sido unanimemente referendada por aquele Conselho, em 24 de abril do corrente ano.

Paralelamente ao presente projeto, tramita o PL 1933/2007, já aprovado nesta Comissão, que altera a composição do TRT da 18ª Região de 8 (oito) para 13 (treze) Juizes. Aprovada a referida proposição, necessária se faz a *“criação de cargos comissionados, destinados a servidores qualificados que desempenharão atividades de assistência especializada aos referidos magistrados”*.

Em síntese, assevera a justificativa, as diretorias vitais para o funcionamento do TRT da 18ª Região estão com defasagem de servidores efetivos e contam com inexpressiva quantidade de funções comissionadas.

Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.933, de 2007, de modo a propiciar ao Tribunal Regional do Trabalho da 18ª

Região os meios indispensáveis ao cumprimento da prestação jurisdicional sob sua incumbência.

Sala da Comissão, em de de 2007.

Deputado Sandro Mabel
Relator